

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7ª Sessão Ordinária de 2023

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 02/05/2023, págs. 1/19)

Dia: 09/05/2023

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I

1) Aprovação da Ata da 6ª Sessão Ordinária (25/04/2023).

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

- 1) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

- 2) Proposição nº 1.00415/2021-60
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
- 3) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85
Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Interessado: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF nº 22.256
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

- 5) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58
Requerente: Cristiano Zanin Martins
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal
Interessado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Daniel Carnio Costa

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00347/2022-66
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará
Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA nº 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA nº 9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA nº 21.233
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução nº 007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 7) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- 8) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Branco; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00247/2021-30
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Desconstituição de ato. Resolução nº 101, aprovada pelo Conselho Superior. Ato Nº 01/2021-CGMP/BA, editado pela Corregedoria Geral. Regulamentação do estágio probatório dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Bahia
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

- 10) Proposição nº 1.00593/2022-45 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, § 1º, inciso II, da Resolução CNMP nº 223/2020, para suprimir locução do texto original e permitir que os valores das participações obrigatórias dos beneficiários possam ser objeto de ressarcimento.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Pedido de Vista na 17ª Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00706/2022-76
Requerente: Beatriz Kicis Torrents de Sordi
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Comissão de Infância e Juventude
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Controle. Recomendação nº 1/2022. 5ª Promotoria de Justiça de Eunápolis/BA. Adoção de medidas pelo Conselho Tutelar de Eunápolis, Itagimirim e Itapebi, pela Secretaria Municipal de Educação e por unidades de ensino públicas e privadas. Obrigatoriedade da imunização das crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Bahia
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedidos de Vista na 18ª Sessão Ordinária de 2022 (29/11/2022)

- 12) Reclamação Disciplinar nº 1.00172/2021-60 (Processo Sigiloso)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Fernando Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; André Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF 34.673
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso do Sul
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- 13) Sindicância nº 1.00617/2022-39 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogados: Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG n.º 101473; Aline Auzier Franca – OAB/AM n.º 17.230; Ana Luiza Moraes Rebouças – OAB/AM n.º 5.891
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Amazonas
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00929/2022-05 (Recurso Interno) (Apenso: Processo nº 1.00938/2022-98)
Recorrente: Marcos Antonio Ferreira das Neves
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público. Declaração de suspeição de membro para atuar na condição de integrante do Colégio de Procuradores de Justiça. Processo nº 037/2021-CPJ. Arquivamento do Inquérito Civil nº 000029-009/2020. Notícia de Fato Nº 000441-151/2021. Pedido liminar.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Pará
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 15) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 16) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 17) Proposição nº 1.00891/2018-03
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 18) Proposição nº 1.00461/2019-18
Requerente: Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 19) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Margaret Matos de Carvalho
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

- 20) Proposição nº 1.01065/2017-37
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

- 21) Proposição nº 1.01226/2021-14
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 22) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

- 23) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Santa Catarina

Incluído na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

- 24) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)
- Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF n.º 15.774/DF, Bruna Cabral Vilela Bonomi – OAB/DF n.º 43.447; Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF n.º 59118.
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná

Incluído na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 25) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)
- Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2022 (14/06/2022)

- 26) Proposição nº 1.00138/2022-02
- Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revogação do inciso V do artigo 1º da Resolução CNMP nº 208, de 13 de março de 2020, e restabelece o preenchimento e envio dos relatórios de inspeções de que trata Resolução CNMP nº 154, de 13 de dezembro de 2016.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

- 27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00006/2022-18
- Requerente: Marcelo Yuri Moreira Martins
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Indicação de Técnico Ministerial para cargo comissionado de Assessor Jurídico I na 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação. Indeferimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

- 28) Conflito de Atribuições nº 1.00633/2022-03 (Processo Sigiloso)
Requerente: Procuradoria da República no Município de Santarém/PA
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000265/2022-51 e Notícia de Fato nº 005482-031- 2022. Apuração de falta de prédio para funcionamento da escola localizada na comunidade São Francisco do Aruã, Gleba Nova Olinda, PEAEX Aruã/Santarém.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2022 (13/09/2022)

- 29) Proposição nº 1.00220/2019-05
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração das Resoluções n.º 20/2007, n.º 129/2015 e n.º 181/2007. Adequação às disposições do art. 53, do Estatuto da Igualdade Racial e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 30) Proposição nº 1.00708/2019-32
Requerente: Dermeval Farias Gomes Filho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Fiscalização de verbas do Fundo Penitenciário Nacional. Ações dirigidas à ampliação de ofertas de vagas do sistema prisional.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 31) Proposição nº 1.00139/2022-58
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução nº 154, de 13 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência e dá outras providências.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 32) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00433/2022-32
Requerente: Kennedy Carvalho Bezerra
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Suspensão da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público, que converteu o julgamento em diligência, determinando o retorno do processo 01.2021.00016033-0 à origem. Desrespeito à independência funcional do requerente. Pedido liminar.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Ceará

- 33) Proposição nº 1.00653/2022-00
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, inciso I, da Resolução CNMP nº 20/2007. Redução do número de visitas ordinárias na atividade de controle externo da atividade policial.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

- 34) Proposição nº 1.00634/2022-67
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Diretrizes para realização de videoconferência no âmbito do Ministério Público.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 16ª Sessão Ordinária de 2022 (25/10/2022)

- 35) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00708/2021-93
Requerente: Angelo Goulart Villela
Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36482
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00.002.000042/2017-21. Decisão do Conselho Superior do MPF.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 36) Proposição nº 1.01297/2021-90
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no âmbito do Ministério Público, da tutela coletiva de segurança pública e do controle externo da atividade policial.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 37) Proposição nº 1.01301/2021-92
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no âmbito das unidades e ramos do Ministério Público, da tutela coletiva das políticas públicas de execução penal e da atividade de fiscalização dos estabelecimentos penais efetuadas pelos seus membros.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

- 38) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00708/2022-83 (Recurso Interno)
Recorrente: Alan Johnnes Lira Feitosa
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos certames de promoção e de remoção. Aplicação das regras de antiguidade na entrância. Protocolo nº 59.998/2018. Pedido de reconsideração de decisão do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Pará. Pedido Liminar
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Pará
- 39) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00978/2022-76
Requerente: Ângelo Goulart Villela
Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36482
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. PAD 1.00.002.000050/2018-59. Alegação de nulidade.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

- 40) Reclamação Disciplinar nº 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)
Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Luiz Roberto Fonseca Silva – OAB/SP n.º 351939; Marcio Fernando Elias Rosa – OAB/SP n.º 83.744; Carlos Mohn Roller – OAB/DF n.º 62.938
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná
- 41) Pedido de Providências nº 1.00642/2021-04
Requerentes: Belivaldo Chagas Silva; Camilo Sobreira de Santana; Flavio Dino de Castro e Costa; João Azevedo Lins Filho; José Renan Vasconcelos Calheiros Filho; José Wellington Barroso de Araujo Dias; Maria de Fátima Bezerra; Paulo Henrique Saraiva Câmara; Rui Costa dos Santos
Advogados: Ricardo de Lima Sellos – OAB/MA n.º 8386; Rodrigo Maia Rocha – OAB/MA n.º 6469
Requeridos: Lindora Maria Araujo; Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Determinação de redistribuição do Procedimento Administrativo nº 1.00.000.005524/2020-93 ao órgão ministerial competente. Apuração da utilização de recursos públicos federais repassados aos Estados para o combate à pandemia causada pelo vírus da COVID-19. Suspensão imediata da prática de qualquer ato pela Reclamada no referido procedimento administrativo. Violação ao princípio do Promotor Natural.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

- 42) Conflito de Atribuições nº 1.01043/2022-61
Requerente: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.11.001.000093/2022-47. Apuração de irregularidades em barragem sem licença ambiental no Município de Batalha/AL.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal

Incluídos na 19ª Sessão Ordinária de 2022 (19/12/2022)

- 43) Reclamação Disciplinar nº 1.00422/2019-93 (Pedido de Revisão)
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Requeridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogado: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF nº 52.810
Objeto: Pedido de revisão de decisão monocrática proferida pela Corregedoria Nacional do Ministério Público que determinou o arquivamento de reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Paraná
- 44) Reclamação Disciplinar nº 1.00490/2019-06 (Recurso Interno)
Recorrente: Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
Advogados: Rivadavio Anadão de Oliveira Guassu – OAB/DF nº 41777; Raimundo Cezar Britto Aragão – OAB/DF nº 32147-B; Nuredin Ahmad Allan – OAB/PR nº 37.148-A
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogado: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF nº 52.810
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Paraná
- 45) Reclamação Disciplinar nº 1.00711/2020-62 (Recurso Interno)
Recorrente: Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.
Advogado: Cesar Lourenço Soares Neto – OAB/PR nº 29201
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Paraná.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Paraná
- 46) Reclamação Disciplinar nº 1.00784/2020-45 (Recurso Interno)
Recorrente: Claudio Bomfim de Castro e Silva
Advogado: Carlo Huberth Castro Cueva e Luchione – OAB/RJ nº 47698
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500 Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1878-A
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro

- 47) Reclamação Disciplinar nº 1.00741/2021-96 (Recurso Interno)
Recorrente: Cristiano Zanin Martins
Advogados: Lyzie de Sousa Andrade Perfi – OAB/SP n.º 368980; Eduardo Ramos Junior – OAB/SP n.º 304887; Maria de Lourdes Lopes – OAB/SP n.º 77513; Eliakin Tatsuo Yokosawa Pires dos Santos – OAB/SP n.º 386266; Guilherme Queiroz Gonçalves – OAB/DF n.º 37961; Victor Luga Rizzon Chen – OAB/SP n.º 448673; Valeska Teixeira Zanin Martins – OAB/SP n.º 153720; Ari Crispim dos Anjos Junior – OAB/SP n.º 256825; William Gabriel Waclawovsky – OAB/SP n.º 373933
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Carlos Mohn Roller – OAB/DF n.º 62.938
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro
- 48) Reclamação Disciplinar nº 1.01351/2021-15 (Recurso Interno)
Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil
Advogados: João Augusto Soares Viegas – OAB/AL n.º 8814; Diego Luiz de Araújo Cavalcanti Duca – OAB/AL n.º 10115
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas
Advogado: Lucas Almeida de Lopes Lima – OAB/AL n.º 12.623
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Alagoas
- 49) Proposição nº 1.00225/2022-24
Requerente: Rinaldo Reis Lima
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração do Regimento Interno do CNMP. Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013. Aumento da duração do Plenário Virtual.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 50) Reclamação Disciplinar nº 1.00608/2022-48 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Corregedoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal

Incluídos na 1ª Sessão Ordinária de 2023 (14/02/2023)

- 51) Proposição nº 1.00278/2021-28 (Apenso: Processo nº 1.00713/2021-60)
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Critérios para promoção e remoção por merecimento e para permuta entre membros do Ministério Público, consolidando as Resoluções nº 2/2005, e nº 215/2020.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 52) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00951/2022-00
Requerente: Marcelo Auday de Pinho
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Decisão. Procedimento 2022.012312. Concessão de dois vencimentos por comprovado acidente de trabalho. Indeferimento do procedimento 2019.026614. Ausência de justificativa com respaldo legal. Pedido liminar.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Amazonas

Incluídos na 3ª Sessão Ordinária de 2023 (14/03/2023)

- 53) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00483/2020-85
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requeridos: Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades no pagamento de auxílio saúde. Pagamento mediante comprovação de gastos. Pedido liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Amapá
- 54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00494/2020-83
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades. Pagamento. Auxílio Saúde. Proibição de penduricalhos e auxílios ao subsídio dos membros do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Amazonas
- 55) Reclamação Disciplinar nº 1.00253/2022-50 (Recurso Interno)
Recorrente: Alexandre Apra de Almeida
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Mato Grosso

56) Conflito de Atribuições nº 1.01153/2022-41

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial nº 0030450-33.2018.8.26.0506. Apuração de possível crime perpetrado por representante legal da empresa Atual Clean Serviços Ltda. Preenchimento ilícito de guias de recolhimento do FGTS, objetivando comprovar pagamento das contribuições previdenciárias.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2023 (28/03/2023)

57) Procedimento Avocado nº 1.01100/2018-17

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogados: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024; Ricardo Lula Machado – OAB/BA nº 13.522
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Processo Administrativo Disciplinar nº 003.0.5540/2017. Imputação de práticas de crimes de falsidade ideológica e estelionato, dentre outros. Reclamação Disciplinar nº 1.00624/2016-00. Decisão de avocação.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Bahia

58) Pedido de Providências nº 1.00455/2020-59 (Processo Sigiloso)

Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB
Advogados: Felipe Santa Cruz – OAB/RJ nº 95.573; Alex Souza de Moraes Sarkis – OAB/RO nº 1.423; Adriane Cristine Cabral Magalhães – OAB/AM nº 5.373; Bruno Dias Cândido – OAB/MG nº 116.775; Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF nº 39.915; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF nº 19.979; Bruno Martins Lopes – OAB/DF nº 31.490; Bruna Regina da Silva Dadá Esteves – OAB/DF nº 42.981; Verena de Freitas Souza – OAB/DF nº 32753 e Francimeire Hermosina de Brito – OAB/DF nº 37.576
Requerido: Ministério Público Federal
Interessado: Deltan Martinazzo Dallagnol
Objeto: Ministério Público Federal. Atuação. Conduta nos trabalhos exercidos por membros do Ministério Público Federal. Força Tarefa Lava-Jato. Irregularidades em diligências realizadas.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

59) Pedido de Providências nº 1.00479/2022-42

Requerente: Advocacia Geral da União
Advogada: Irma Claudia do Nascimento Moraes – OAB/DF nº 48255
Requeridos: Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Orientação aos membros do Ministério Público sobre a necessidade de assegurar que a destinação dos recursos oriundos de acordos celebrados em sede de ação civil pública, na tutela de direitos difusos e coletivos, ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos ou ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FDD/FAT.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

- 60) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01302/2022-36
Requerente: André Guilherme Tavares de Freitas
Advogado: Albert da Hora Alves – OAB/RJ nº 203929
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Advogada: Gabriela Marcondes Dornellas – OAB/DF nº 71.302
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Revisão de Processo Disciplinar. Processo Disciplinar SEI nº 20.22.0001.0009258.2020-28 (MPRJ nº 2019.00051236).
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Rio de Janeiro
- 61) Conflito de Atribuições nº 1.00169/2023-81
Requerentes: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Procuradoria Regional do Trabalho 17ª Região – Vitória. Promotoria de Justiça Civil de Serra. Conflito Negativo de Atribuições. NF 000215.2023.17.000/0. OUV2023109662. Apura denúncia anônima de demissão em massa de servidores temporários lotados no Hospital Estadual Dório Silva, em razão da nova gestão assumida pela Fundação Inova Capixaba.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Espírito Santo
- 62) Proposição nº 1.00205/2023-25
Requerente: Rogério Magnus Varela Gonçalves
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomenda aos órgãos do Ministério Público brasileiro que atuam em procedimentos relacionados com a participação de crianças e adolescentes em ensaios, espetáculos públicos, certames e atividades afins a adoção de medidas destinadas a combater a exploração do trabalho infantil.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2023 (25/04/2023)

- 63) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00882/2021-63 (Embargos de Declaração)
Embargante: Marcela Christine Ferreira de Melo Castelo Branco
Advogado: Daniel Coutinho da Silveira – OAB/PA nº 11595
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Instrumentalização de sua atuação funcional em fundamentos ideológicos e desviando-se do atendimento do interesse público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00305/2021-80. Portaria CNMP-CN nº 34/2021.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Pará

- 64) Proposição nº 1.00865/2022-25
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Estabelecimento de diretrizes para as atividades de auditoria interna no Ministério Público.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Distrito Federal
- 65) Proposição nº 1.00924/2022-29
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição do Comitê Permanente Nacional de Monitoramento da Implementação de Decisões de Órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CONADH), no âmbito do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 66) Conflito de Atribuições nº 1.01093/2022-94
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuição. Peças de Informação nº 66.0161.0000864/2022-8 (SEI nº 29.0001.0180570.2022-20). Apuração de possível fraude contra consumidores, por parte da empresa desenvolvedora de jogos "Mafatech Corp. Ltd".
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: São Paulo
- 67) Conflito de Atribuições nº 1.01254/2022-30
Requerente: Procuradoria da República – Goiás/Aparecida de Goiânia
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Ministério Público do Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.18.000.000759/2022-16. Apuração de supostas irregularidades praticadas pela Prefeitura Goiânia/GO na execução do Contrato de Financiamento nº 0529.115-83, firmado com a Caixa Econômica Federal no âmbito do FINISA – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Goiás
- 68) Conflito de Atribuições nº 1.00032/2023-27
Requerente: Ministério Público do Estado do Acre
Requerido: Procuradoria da República – Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato SAJ/MP n.º 01.2022.00001359-9 (338/2022-83). Ofício nº 125/2022-MPF/PRAC/GRABPR5. Apuração a respeito do alcance da legislação brasileira à empresa Twitch Interactive, subsidiária da empresa Amazon.com.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Acre

- 69) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00079/2023-90
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF nº 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF nº 21006; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF nº 21203; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF nº 26720
Interessado: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho no Estado da Bahia. Excesso de prazo para conclusão de procedimentos extrajudiciais ativos instaurados há mais de três anos. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.01272/2021-22. Portaria CNMP-CN nº 104/2022.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Bahia
- 70) Conflito de Atribuições nº 1.00134/2023-70
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil nº 1.14.004.000395/2021-01 (IDEA nº 003.9.179720/2018). Apuração de possíveis irregularidades na contratação da empresa LC CONSULTORIA pela Prefeitura Municipal de Piritiba/BA, no exercício financeiro de 2017.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Bahia
- 71) Proposição nº 1.00209/2023-40
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação do Ministério Público para a efetivação do direito humano à alimentação adequada.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal
- 72) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00226/2023-78
Requerente: Valdomiro Guimarães Neto – OAB/GO nº 59.604
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Inquérito Policial nº 0012825-14.2019.8.09.0024. Apuração de possível crime de estelionato. Alegação de demora no trâmite do procedimento.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Goiás

- 73) Conflito de Atribuições nº 1.00229/2023-39
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato 1.30.001.001513/2022-57. Procedimento MPRJ nº 2015.00833121. Apuração de possíveis crimes previstos no art. 90, da Lei nº 8.666/93 (337-E e/ou 312, do Código Penal). Irregularidades em processos licitatórios e contratos firmados entre a Nuclebrás Equipamentos Pesados – NUCLEP e a empresa MAXPESA TRANSPORTES entre os anos de 2009 e 2013.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro
- 74) Conflito de Atribuições nº 1.00235/2023-69
Requerente: Procuradoria da República – Goiás/Aparecida de Goiânia
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.18.002.000041/2023-91. Apuração de possíveis irregularidades cometidas pela Companhia Bioenergética Brasileira – CBB, em virtude de obstrução de estrada vicinal que dá passagem a moradores na região de Vila Boa/GO.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Goiás
- 75) Pedido de Providências nº 1.00243/2023-04
Requerente: Carlos Eduardo Caus Rodrigues
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 2022.0025.6495-67. Apuração de suposto crime ocorrido no Parque Estadual Fonte Grande. Município de Vitória/ES.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Espírito Santo
- 76) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00250/2023-80
Requerente: Osésa Rodrigues de Oliveira
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Inquéritos Civis nº MPPR 0104.21.000419-8, nº MPPR 0104.21.000627-6, além de outros registros. Alega suposta parcialidade e inércia na atuação fiscalizatória do Ministério Público do Estado do Paraná frente aos atos praticados pela Prefeitura do Município de Paranavaí/PR, que mantém postura de desrespeito à Lei de Acesso à Informação e de descumprimento das determinações do próprio Parquet.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Paraná

Processos desta Sessão (09/05/2023)

- 77) Proposição nº 1.01010/2021-77
Requerente: Rinaldo Reis Lima
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 181/2017, de modo a adequar a normativa afetada pela Lei nº 13.964/2019.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

- 78) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Sigiloso
Embargado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 79) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00576/2022-17
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Ceará
Advogada: Ana Paula Prado de Queiroz – OAB/CE nº 12738
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Recomendações conjuntas exaradas pelo Parquet estadual. Suspensão de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Alegação de afronta ao princípio da legalidade, bem como a julgados anteriores deste Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Ceará
- 80) Reclamação Disciplinar nº 1.00764/2022-36 (Recurso Interno)
Recorrente: Luciano Jose do Nascimento
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Pernambuco
- 81) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.01104/2022-72
Requerente: Catarina Von Zuben
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Solicitação de indenização de períodos de férias não gozadas. Indeferimento sob alegação de intempestividade dos requerimentos. Alegação de descumprimento aos julgados dos Processos nº 256/2006-11, 370/2008-11, 652/2006-48, 1352/2012-24, Recursos Internos em RCA 18/2009-58 e 34/2009-41, e 1.00447/2017-70.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: São Paulo
- 82) Conflito de Atribuições nº 1.01127/2022-22
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.20.000.000820/2022-77. Suposta prática de crime de falsidade ideológica pela empresa J. L. IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Mato Grosso

- 83) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01283/2022-10
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Interessados: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará; Pedro Casimiro Campos de Oliveira
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 09.2021.00000266-5. Decisão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará (OECPJ/MPCE).
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Ceará
- 84) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00013/2023-91 (Embargos de Declaração)
Embargante: Sonia Regina de Castro
Embargado: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Notícia de Fato nº 01.2022.00023862-9. Suposta falsificação da ementa do acórdão proferido pela Primeira Turma Revisora do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, obstando o seu efetivo cumprimento, que negou o arquivamento da citada notícia de fato. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Santa Catarina
- 85) Pedido de Providências nº 1.00111/2023-10 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ivanilson Portela Leao
Embargado: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Procedimento nº 11.22.01.0116. Solicita declaração de nulidade de decisão de homologação de arquivamento adotada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Sergipe
- 86) Conflito de Atribuições nº 1.00253/2023-40
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Processo SISDIG 1097.0000031/2022. 1º Promotor de Justiça do Consumidor da Capital – São Paulo. 1º Promotor de Justiça da Comarca de Goiorê – Paraná. Apuração de eventual descumprimento da legislação consumerista na comercialização do agrotóxico TILT, após expediente enviado pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Paraná
- 87) Proposição nº 1.00257/2023-65
Requerente: Jaime de Cassio Miranda
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação aos ramos e às unidades do Ministério Público brasileiro. Adoção de medidas extrajudiciais e judiciais para a cobrança da pena de multa prevista no art. 5º, inc. XLVI, alínea c, da Constituição Federal de 1988 e no art. 49, do Código Penal Brasileiro, e outras providências.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

- 88) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00275/2023-47 (Recurso Interno)
Recorrentes: Alisson Renato Medeiros de Araújo; Bruno Escórcio Cerqueira Barros; Emilio Alberto Araújo Junges; Fidelcastro Dias de Araujo; Gilberto Rodrigues Martins; Izabel Delesporte Rosado; Lara Carolina de Souza Mendonca; Lorrann Olivier Freitas Neves de Souza; Lucas Ribas Isa; Luciana Janaina Fagundes; Marina Banha Picanco de Souza; Marina Martins Maneschy; Rhuan Padua Sales Martins; Roberto Rocha Saboia
Recorrido: Ministério Público do Estado de Roraima
Objeto: Ministério Público do Estado de Roraima. 10º Concurso para Promotor de Justiça do Estado de Roraima. Edital nº 02/2022. Solicita reinclusão dos candidatos que constavam como aptos e foram excluídos do certame, devido a alterações do edital, que ocorreram após aplicação das provas discursivas. Pedido de suspensão do concurso até a regularização da lista de convocados para as próximas fases. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Roraima
- 89) Conflito de Atribuições nº 1.00282/2023-20
Requerente: Procuradoria da República – Espírito Santo/Serra
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.17.000.000519/2023-30. Manifestação anônima registrada junto à Ouvidoria do Ministério Público no Estado do Espírito Santo OUV2022106540 e OUV2022106541. Apuração de ilegalidades praticadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES na seleção das propostas que receberam recursos de subvenção econômica do Estado.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Espírito Santo
- 90) Conflito de Atribuições nº 1.00289/2023-06
Requerente: Ministério Público do Estado de Sergipe
Requerido: Procuradoria da República – Sergipe/Estância/Itabaiana
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Ministério Público Federal no Estado de Sergipe. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.35.000.000019/2023-80. Expediente MP/SE nº 20.27.0229.0002143/2023-43. Apuração de possível prática de crime de injúria racial perpetrado por usuários da rede social Facebook, consistente em comentários preconceituosos de natureza homofóbica. Expediente formalizado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Sergipe
- 91) Conflito de Atribuições nº 1.00296/2023-90 (Processo Sigiloso)
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. NF/MPF 1.22.000.000834/2023-05. SEI MPMG nº 19.16.2187.0141864/2022-74 e NF nº 0024.22.019107-6. Conflito Negativo de Atribuições. Apura ataques e ameaças proferidos em rede social contra Deputado Federal que, a época dos fatos, não ocupava cargo público.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Minas Gerais

92) Conflito de Atribuições nº 1.00332/2023-33

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.29.000.005035/2022-85. Apuração de possível dano ambiental (poluição sonora) ocasionado pelo tráfego de veículos pesados junto ao Porto de Pelotas/RS.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Rio Grande do Sul

93) Conflito de Atribuições nº 1.00333/2023-97

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.004.000030/2023-53. Notícia de Fato MP/MA nº 000002-257/2013. Apuração de irregularidades cometidas pelo Prefeito do Município de Bacabal/MA. Ausência de pagamento do abono (rateio das sobras do FUNDEB) aos professores e servidores da educação do mencionado Município.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Maranhão

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público